



Ata da 2ª Reunião de Análise da Estratégia 2018
Administração do Tribunal e Núcleo de Estatística e Gestão Estratégica
Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região

Data: 04/12/2018	Hora início: 10:57	Hora final: 11:29	Local: Auditório do 3º andar
Presentes:	Fernando da Silva Borges (Desembargador Presidente do Tribunal)		
	Samuel Hugo Lima (Desembargador Corregedor do Tribunal)		
	Edmundo Fraga Lopes (Desembargador Vice-Presidente Judicial)		
	Maria Madalena de Oliveira (Juíza Vice-Corregedoria Eleita)		
	Alessandro Tristão (Juiz Auxiliar da Presidência)		
	Renato Henry Sant'Anna (Juiz Auxiliar da Vice Judicial)		
	Lúcia Zimmermann (Juíza Auxiliar da Vice Corregedoria)		
	Alvaro dos Santos (futuro Juiz Auxiliar da Presidência)		
	Cristiane Montenegro Rondelli (futura Juíza Auxiliar da Presidência)		
	Daniela Macia Ferraz Giannini (futura Juíza Auxiliar da Vice-Presidência Judicial)		
	Patrícia Maeda (juíza representante da AMATRA XV)		
	Adlei Cristian Carvalho Pereira Schlosser (Diretor-Geral)		
	Simone Moller Arruda (Secretária-Geral da Presidência)		
	Adriana Martorano Amaral Corsetti (Secretária da Administração)		
	Herbert Wittmann (Secretário de Tecnologia da Informação e Comunicações)		
	Antônio Carlos Betano (Coordenador de Estatística e Pesquisa)		
	Aurete Nicolodi Zurdo (Assessora de Planejamento Estratégico do Tribunal)		
	Arlene Andrade Rebolla (Assistente de Coordenadoria e profissional da área de Estatística)		
Ausentes:	Susana Graciela Santiso		
	Helena Rosa Mônaco da Silva Lins Coelho		
	Manuel Soares Ferreira Carradita		
	Gisela Rodrigues Magalhães de Araujo e Moraes		
	Ana Amarylis Vivacqua de Oliveira Gulla		
	Tereza Aparecida Asta Gemignani		
	Luiz Antonio Lazarim		
	Levi Rosa Tomé		
	Maria da Graça Bonança Barbosa		
	Mauro César Luna Rossi		
	Hamilton Luiz Scarabelim		
	Caio Rodrigues Martins Passos		
	Paulo Eduardo de Almeida		
	Paula Toniatti		
	Péricles Nazima		
	José Aristéia Pereira		

Intervenções:



Sra Aurete	<p>Registrou a plena operacionalização dos indicadores do plano estratégico institucional para o período, justificando que não são todas as metas que são objeto das RAEs, visto que alguns indicadores são de aferição anual.</p> <p>Informou que as metas do plano estratégico institucional para o período de janeiro a agosto de 2018 estão cumpridas antecipadamente ou apontam cumprimento em projeção, fato inédito desde o início da gestão estratégica neste Tribunal, conforme já relatado na 1ª Reunião. Atribuiu o resultado plenamente satisfatório à qualidade dos magistrados e servidores da 15ª Região.</p> <p>Tratou das metas nacionais do Poder Judiciário e da Justiça do Trabalho, apontando o cumprimento satisfatório das metas vinculadas à adoção de soluções alternativas de conflito e de gestão de custos, justificando pela inscrição em RAP e pela impossibilidade ética de atribuir aos juízes a necessidade de cumprimento de meta de conciliação, quando pode estar ameaçada a livre convicção do magistrado na homologação ou não de um acordo. Demonstrou, entretanto, que tais metas, tanto do poder judiciário quanto da justiça do trabalho, o desempenho do TRT15 é positivo ou satisfatório em mais de 80% delas.</p> <p>Tratando dos indicadores estratégicos vinculados à visão de futuro, a meta de reduzir o tempo de uso de mobiliário para 10 anos já alcança a média de 7,9 anos e, portanto, é uma meta que deve permanecer até 2020, pois o passar do tempo sem ações de renovação pode elevar o tempo médio de utilização. O mesmo ocorre com os equipamentos, que atualmente aponta um resultado de 4,5 anos de utilização em média.</p> <p>As ações vinculadas às iniciativas do Pacto Global totalizaram 11 neste segundo quadrimestre, superando a meta anual.</p> <p>Com relação às metas de aprimoramento da prestação jurisdicional, aponta o resultado do segundo quadrimestre um atendimento de 118,52% no atendimento à demanda, 85,22% na duração razoável do processo, que projetada supera a meta de 90%. Com relação às ações coletivas, a projeção indica cumprimento, sendo a de 1º grau com tranquilidade e no limite em 2º grau.</p>
Dra. Cristiane	<p>Questionou o quantitativo de processos que ficaram pendentes na meta de ações coletivas nos anos anteriores, em 2º grau.</p>
Sra. Aurete	<p>Especificou que o não cumprimento ocorre por uma quantidade pequena de processos: entre 6 e 10 no 2º grau.</p> <p>Prosseguindo, com a explanação, informou que a meta de atendimento à demanda de execução apresentou uma performance de 103,3% no segundo quadrimestre e destacou que, embora aponte o cumprimento, a trajetória da meta indica cuidado no tratamento da meta para os próximos anos e a necessidade de pensar em ações estratégicas efetivas que auxiliem no seu cumprimento.</p> <p>Reafirmou o alcance da meta anual de compartilhamento de iniciativas para o aperfeiçoamento das relações institucionais, do mesmo modo que o projeto de otimização dos processos de trabalho que superou o percentual de execução previsto para 2018.</p> <p>A adequação das instalações físicas tem uma projeção para 2018, a partir do resultado do 1º quadrimestre, de alcançar 91,3% este ano, para uma meta de 68%, resultado que supera muito a meta, do mesmo modo que o aprimoramento dos recursos de TIC, cuja meta era alcançar o IgovTI de 40% e alcançou o resultado, no ano, de 51%.</p> <p>O índice de absenteísmo, que faz parte da estratégia institucional de propiciar meios para a qualidade de vida no trabalho, manteve-se um pouco abaixo do patamar esperado de 2 a 2,6%, apontando o percentual de 1,99% de absenteísmo no 2º quadrimestre.</p> <p>Destacou a importância de observar o resultado de modo a evitar o presenteísmo que pode ser identificado pelo índice de absenteísmo abaixo de 2%.</p> <p>Finalmente, destacou a meta de ampliação do modelo participativo de gestão administrativa, cuja operacionalização era inviável apesar das tentativas, obteve neste segundo quadrimestre a submissão ao Comitê de três matérias administrativas, considerando a meta de quatro para o ano, antecipando que a quarta matéria já foi submetida ao Comitê, dando cumprimento à meta no último quadrimestre.</p> <p>Informou acerca dos indicadores não aferidos por estarem fora da periodicidade aplicada no período, quais sejam: satisfação interna e externa, aprovação de qualidade dos serviços prestados, comunicação e qualidade de vida.</p>
Dra. Cristiane	<p>Questionou a questão do cômputo dos processos relacionados aos entes públicos na metas.</p>
Sra. Aurete	<p>Informou que a questão da exclusão dos entes públicos é levada ao Conselho Nacional da Justiça nas reuniões preparatórias para os Encontros Nacionais e que, no 2º Encontro de 2018, não foi possibilitada a ampla discussão acerca das ponderações dos Tribunais.</p>



Ata da 2ª Reunião de Análise de TIC 2018
Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região

Data: 04/12/2018	Hora início: 11.30	Hora final: 12.00	Local: Auditório do 3º andar
Presentes:	Fernando da Silva Borges (Desembargador Presidente do Tribunal)		
	Samuel Hugo Lima (Desembargador Corregedor do Tribunal)		
	Edmundo Fraga Lopes (Desembargador Vice-Presidente Judicial)		
	Maria Madalena de Oliveira (Juíza Vice-Corregedoria Eleita)		
	Alessandro Tristão (Juiz Auxiliar da Presidência)		
	Renato Henry Sant'Anna (Juiz Auxiliar da Vice Judicial)		
	Lúcia Zimmermann (Juíza Auxiliar da Vice Corregedoria)		
	Alvaro dos Santos (futuro Juiz Auxiliar da Presidência)		
	Cristiane Montenegro Rondelli (futura Juíza Auxiliar da Presidência)		
	Daniela Macia Ferraz Giannini (futura Juíza Auxiliar da Vice-Presidência Judicial)		
	Patrícia Maeda (juíza representante da AMATRA XV)		
	Adlei Cristian Carvalho Pereira Schlosser (Diretor-Geral)		
	Simone Moller Arruda (Secretária-Geral da Presidência)		
	Adriana Martorano Amaral Corsetti (Secretária da Administração)		
	Herbert Wittmann (Secretário de Tecnologia da Informação e Comunicações)		
	Antônio Carlos Betano (Coordenador de Estatística e Pesquisa)		
	Aurete Nicolodi Zurdo (Assessora de Planejamento Estratégico do Tribunal)		
	Arlene Andrade Rebolla (Assistente de Coordenadoria e profissional da área de Estatística)		
Ausentes:	Susana Graciela Santiso		
	Helena Rosa Mônaco da Silva Lins Coelho		
	Manuel Soares Ferreira Carradita		
	Gisela Rodrigues Magalhães de Araujo e Moraes		
	Ana Amarylis Vivacqua de Oliveira Gulla		
	Tereza Aparecida Asta Gemignani		
	Luiz Antonio Lazarim		
	Levi Rosa Tomé		
	Maria da Graça Bonança Barbosa		
	Mauro César Luna Rossi		
	Hamilton Luiz Scarabelim		
	Caio Rodrigues Martins Passos		
	Paulo Eduardo de Almeida		
	Paula Toniatti		
	Péricles Nazima		
	José Aristéia Pereira		

Intervenções:

apresentação seguindo o mesmo roteiro utilizado pela Assessora de Gestão Estratégica apresentando primeiramente os temas que não atingiram os objetivos definidos no planejamento estratégico realizado. Neste sentido, em relação ao objetivo “Índice de soluções nacionais críticas de TIC com tratamento de riscos”, explicou aos presentes que no ano de 2018 não foram realizados os trabalhos referentes a identificação, discussão e planejamento de ações para a mitigação dos riscos que estão associados as soluções nacionais consideradas críticas. Neste sentido, foi realizado um trabalho com o Comitê de Segurança da Informação para a definição de um processo de trabalho de gerenciamento de riscos de TIC para o Tribunal, bem como foram discutidos pelo Comitê de Governança de TIC dos sistemas que são considerados críticos para este Tribunal, sendo eles incorporados ao PETIC. Assim, espera que em 2019 este trabalho seja realizado de maneira a atender os objetivos inicialmente traçados. Sobre o objetivo “Controlar a indisponibilidade não programada do Pje, para que ela não ultrapasse 0,7 em 2018”, informou a todos que o índice apurado de 3,5% está muito além do almejado e foi causado por um problema em uma versão disponibilizada em julho de 2018 do módulo que realiza a Consulta Processual do Sistema, problema esse que causava a queda constante do sistema, principalmente durante a madrugada e aos fins de semana, elevando de maneira significativa o período de indisponibilidade do sistema. Acredita que com a normalização ocorrida e com o período atual de estabilidade do sistema, até o final do ano será recuperada uma grande parcela deste índice, havendo até a possibilidade de atendimento do mesmo. Neste mesmo sentido justificou o índice negativo do objetivo “Realizar e empenhar 85% dos itens do Plano de Contratações de TIC em 2018” que apurou apenas 19% até o mês de agosto. Explicou aos presentes que este ano foi realizado um forte trabalho pela Diretoria-Geral com a participação da SETIC e da Secretaria da Administração para que o orçamento seja executado de maneira mais efetiva liquidando as despesas dentro do próprio exercício e evitando ao máximo a questão que envolve restos a pagar. Diante desse trabalho, até o final de agosto já foram realizadas todas as fases de planejamento das contratações conforme apregoa a resolução 182/2013 do CNJ e que acredita que este objetivo será atendido quando realizarmos a próxima RAE. Em relação ao objetivo “Índice de efetividade do Plano de Capacitação de TIC em 2018” foi aferido o valor de 32%, bem inferior aos 85% pretendidos para o ano de 2018. O Secretário explicou que somente no início de julho o contrato com a empresa ALURA foi efetivamente assinado e que outros treinamentos estão sendo licitados para que o pessoal realize o programa definido. Reafirmou a todos a importância de manter um quadro de pessoal técnico atualizado e capacitado nesta área técnica como forma de manter a evolução das soluções que são implementadas neste Regional. Ainda nesse tema, apesar do baixo índice apurado, também entende que será atingido o objetivo quando finalizado o ano de 2018.

Sr. Adlei

Em relação aos trabalhos que foram realizados para a execução orçamentária de 2018, o Diretor-Geral reafirmou aos presentes a necessidade de liquidação das despesas no próprio exercício, bem como a importância de se selecionar adequadamente as demandas que serão atendidas pela Administração tendo em vista as restrições orçamentárias existentes e a perspectiva de que esta situação se manterá nos próximos anos.

Sr. Herbert

Continuando sua apresentação, o Secretário passou ao objetivo que teve sua avaliação classificada como Satisfatória, objetivo “Estar em conformidade em 45% dos requisitos de segurança da informação de TIC do questionário IGOV-TIC JUD/CNJ em 2018” atingindo o percentual de 40% dos 45% esperados para o exercício de 2018. Explicou que o Comitê de Segurança da Informação do Tribunal, que trata desse assunto segurança da informação, não só de TI mas de todas as áreas do Tribunal, tem se dedicado na definição de políticas e de normas de cumprimento pelo Tribunal, estando atualmente em discussão pelo Órgão Especial uma proposta de resolução administrativa, a GSI – Gestão de Segurança da Informação que possibilitará juntamente com outras duas resoluções administrativas, já encaminhadas para aprovação da Administração de regulamentação do assunto no Tribunal e que quando implementada, propiciará um grande avanço do assunto em todas as áreas do Tribunal. A partir deste ponto da apresentação, passou o Secretário a expor os demais objetivos que tiveram seus objetivos mensurados e que tiveram o resultado classificado como Positivos. Destacou dentre os outros o objetivo “Aumentar o nível de governança de TI, por intermédio do alcance do nível de maturidade “Satisfatório” no questionário IGOV-TIC JUD/CNJ em 2018” que alcançou o índice de 0,55 quando o esperado seria de 0,4. Apesar do resultado positivo, o objetivo final é alcançar o nível de maturidade “Avançado” e para isso é necessário se atingir o índice 0,7. Destacou que esta maturidade envolve todas as áreas do Tribunal, que é uma avaliação global, envolvendo muito mais do que apenas a SETIC em si. Como exemplo citou a Comissão de Informática, o Comitê de Governança de TIC, Comitê de Segurança da Informação, Diretoria-



Geral e suas Secretarias, Assessoria de Gestão Estratégica, dentre outras. Concluiu esse tópico, sugerindo um empenho de todos em 2019 para avançarmos nas questões ainda pendentes, antecipando a conquista do grau de maturidade almejado. Também destacou o objetivo “Índice de indisponibilidade programada do PJe” que atingiu o índice de 2,6% fazendo um contraponto com o objetivo exposto no início da apresentação quanto as indisponibilidades não programadas. Este índice também está relacionado com o tempo que é necessário para a instalação de novas versões do sistema Pje, informando que tem sido desenvolvidas várias ações na infraestrutura de TIC para diminuição desse tempo de parada dos sistemas. Foram realizados alguns esclarecimentos suscitados pelos presentes e após, encerrada sua apresentação e posteriormente a reunião.



LISTA DE PRESENÇA

Fernando da Silva Borges	
Samuel Hugo Lima	
Edmundo Fraga Lopes	
Maria Madalena de Oliveira	
Alessandro Tristão	
Renato Henry Sant'Anna	
Lúcia Zimmermann	
Alvaro dos Santos	
Cristiane Montenegro Rondelli	
Daniela Macia Ferraz Giannini	
Patrícia Maeda	
Adlei Cristian Carvalho Pereira Schlosser	
Simone Moller Arruda	
Adriana Martorano Amaral Corsetti	
Herbert Wittmann	
Antônio Carlos Betanho	
Aurete Nicolodi Zurdo	
Arlene Andrade Rebolla	